

LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001.

Altera dispositivos da
Legislação Tributaria
Municipal, e dá outras
providências.

O Prefeito Municipal de Itaperuna, faço saber
que a Câmara Municipal de Itaperuna decreta e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Os §§ 1º e 2º, bem como o inciso I do
§ 4º, o inc. III e o § 5º que lhe são acrescentado, do artigo 3º, da Lei 53,
de 12/12/89, passam a vigorar com as seguintes redações:

“§ 1º. O valor venal do terreno é o seu valor
real, assim entendido o valor corrente de mercado do referido bem
ou direito sobre ele.”

“§ 2º. O Valor Venal do Terreno, (V.V.T) será
obtido mediante a multiplicação do fator de localização (FL)
proporcional ao custo do metro quadrado pela área do terreno
(AT), utilizando-se a formula ($VVT = FL \times AT$), conforme tabela
constante do Anexo I, que faz parte integrante da presente Lei”.

.....

“§ 4º.

“I – Na planta de valores, serão utilizados 11
(onze) códigos diferentes, que corresponderão à zona de
localização do terreno, e que serão representados por 11 (onze)
cores diferentes, conforme relação de logradouros com seus
respectivos fatores e valores, constante do Anexo III.

II.

III – Será utilizado o fator especial de redução correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor incidente no fator normal do imóvel, sempre que este ou parte dele tenha seu valor de mercado reduzido em relação aos demais imóveis existentes na mesma área, em razão de sua exploração, destinação e topografia, o qual será aplicado para tantos quantos sejam os fatores existentes na Tabela de Fatores de Localização, constante do Anexo I desta lei.

§ 5º - Os fatores especiais constantes da tabela a que se refere o inciso III deste artigo, cujos valores correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos fatores normais, serão representados por 11 (onze) códigos.

Art. 2º. O artigo 5º, da Lei 53, de 12/12/89, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. Em se tratando de Imposto Territorial Urbano fica mantida alíquota de 1% (um por cento) estabelecida pelo artigo 14, I da Lei 124/77, cuja fórmula de cálculo será: O valor venal do terreno (V.V.T) multiplicado pela alíquota 0,01 (V.V.T x 0,01) - (art. 14, I da Lei 124/77)”.

Art. 3º. O artigo 6º, bem como seus §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 4º,II e o inciso IV que lhe é acrescentado da Lei 53, de 12/12/89, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 6º. Em se tratando de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), fica mantida a alíquota de 0,5% (meio por cento) estabelecida pelo artigo 14, inciso II da Lei 124/77, cuja fórmula de cálculo será o valor venal do terreno somado ao valor venal da edificação multiplicado pela alíquota de meio por cento (VVT + VVE) x 0,005, conforme tabela constante do Anexo II, que faz parte integrante da presente Lei”.

“§ 1º. Considera-se valor venal da edificação o resultado obtido pela multiplicação do valor unitário do metro quadrado constante da tabela que integra o Anexo II desta lei, pela totalidade da área edificada do imóvel.

§ 2º. O valor unitário do metro quadrado a que se refere o parágrafo anterior e instituído em função do tipo de utilização do imóvel e do padrão de sua construção.

§ 3º. Para efeitos de valor unitário os padrões de construção se classificam em.

- I – A - padrão de construção fina.
- II – B - padrão de construção média.
- III - C - padrão de construção stand.
- IV- D- padrão de construção simples.
- V - E - padrão de construção inferior.

§ 4º. Considera-se tipos de construção a utilização do imóvel para fins habitacionais, comerciais, industriais e outros fins, conforme especificado na Tabela constante do Anexo II desta lei.

I -

II – a construção destinada ao uso comercial subdivide-se em prédio com elevador, prédio sem elevador, loja, galpão, escritório, hotel, e comercio.

.....

IV – a construção destinada a outros fins subdivide-se em: Garagem.

Art. 4º. Fica acrescentado o §3º ao artigo 7º, da Lei 53, de 12/12/89, com a seguinte redação:

.....

§ 3º - Mediante reavaliação do fator de localização dos logradouros, por decreto fundamentado, o Município poderá, criar ou modificar o fator no qual estiver enquadrado o logradouro reavaliado sempre que este ou parte dele tenha seu valor de mercado reduzido ou aumentado em relação aos demais fatores do próprio logradouro.

Art. 5º. Em observância as disposições contidas no Parágrafo único do art. 52 da Lei Orgânica do Município, ao Código Tributário Municipal aprovado pela Lei nº 124, de 16.11.73, a Lei Municipal nº 053, de 12.11.89, bem como todas as demais leis municipais que introduziram alterações na legislação tributaria do Município de Itaperuna, fica atribuída a denominação de Lei Complementar.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Parágrafo único do artigo 5º, o § 5º do artigo 6º e demais disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Itaperuna, 11 de dezembro de 2001.

PÉRICLES FERREIRA OLIVIER DE PAULA
Prefeito